

FÁBIO GUEDES GOMES\*

a inserção da economia alagoana  
na recente dinâmica de cresci-  
mento regional

\*Economista formado pela UFPB (1997), com mestrado em economia regional para UFPB (1999). Doutor em Administração com ênfase em gestão pública e instituições pela UFBA (2007). Professor da graduação e mestrado em economia da FEAC/UFAL. Tutor do PET-Economia. Tem experiência nas áreas de teoria e história econômica, relações internacionais, economia política internacional, formação e economia brasileira e administração política e gestão pública.

## RESUMO

O texto objetiva discutir o momento macroeconômico brasileiro, sobretudo nordestino, e a inserção da economia alagoana nesse contexto. Demonstra-se a economia alagoana vem perdendo participação relativa em termos de renda per capita e sua posição no ranking regional pode se alterar muito rapidamente, em razão do acelerado crescimento e dinâmica populacional observada em outros estados da região. Esse processo, mesmo considerando a modernização dos padrões de consumo e crescimento do comércio, serviços e construção civil, tende a aprofundar as estruturas do subdesenvolvimento econômico no estado.

## PALAVRAS-CHAVE

crescimento econômico; Nordeste; economia alagoana; subdesenvolvimento.

## ABSTRACT

This paper aims to discuss the Brazilian macroeconomic moment, especially in the northeast region, and the insertion of the economy of Alagoas in this context. It is noticed that the economy of Alagoas has been losing relative share in terms of income per capita and its regional ranking can quickly change, due to the fast growth and population dynamics observed in other states in the region. This process, even considering the modernization of consumption patterns and growth of trade, services and construction, tends to deepen the structures of economic underdevelopment in the state.

## KEY WORDS

economic growth; Northeast; economy Alagoas; underdevelopment.

## INTRODUÇÃO

O texto procura enfatizar a inserção da economia alagoana na nova dinâmica de crescimento regional. Seus objetivos específicos são: i) avaliar as características desse novo padrão de crescimento recente do Nordeste, ii) realizar comparações entre os desempenhos das economias da região e iii) verificar como a economia alagoana se encontra, atualmente, em termos de inserção nesse contexto de mudanças significativas de trajetórias de crescimento.

O trabalho está subdividido em 2 grandes partes. Na primeira, enfatizam-se as características do crescimento econômico regional, procurando avaliar os impactos que os principais programas do governo federal causaram em termos de dinamização das relações de oferta e demanda. Para isso, fez-se uso dos dados das contas regionais publicados pelo IBGE e estatísticas demográficas com o intuito de verificar o desempenho da renda *per capita* das economias estaduais em comparação ao desempenho regional e nacional.

Na segunda parte, procurou-se avaliar o desempenho do estoque dos empregos formais por sub-área econômica, de forma a compreender como os resultados econômicos têm se refletido em termos de geração de empregos nas economias estaduais. Com base na manipulação do banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, especificamente tomando as estatísticas da RAIS e CAGED, pode-se verificar que os impactos na criação de novos empregos e crescimento do seu estoque têm sido muito variados de estado para estado. No caso de Alagoas podemos afirmar que os impactos do crescimento regional recente, determinados, principalmente, pelas políticas de abrangência nacional, se refletiram, especialmente, nos setores de comércio, serviços e construção civil.

Ao final se conclui que a economia alagoana tem crescido basicamente em razão das implicações da nova dinâmica regional, influenciada pelas políticas do governo federal, com ampliação dos investimentos públicos, aumento das transferências intergovernamentais e expansão dos programas de assistência social. Mesmo levando em conta esses importantes fatores, a economia alagoana parece não reagir de forma mais dinâmica que possa aumentar sua participação na riqueza regional. Pelo contrário, como se verá mais adiante, Alagoas vem perdendo espaço gradualmente

para outros estados do Nordeste até então considerados os mais pobres no ranking regional. Com isso se concluirá que a economia alagoana, paradoxalmente, tem apresentado um quadro de involução econômica relativa.

## CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO RECENTE

### O MODELO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

A economia nordestina nos últimos seis anos tem crescido economicamente acima da taxa média do Brasil. Considerando os dados mais recentes disponíveis das contas regionais divulgados pelo IBGE, entre 2005 e 2009 a média de crescimento econômico, levando em conta o PIB a preços constantes, foi de 5,4% para o Nordeste contra 4,6% para a economia nacional. O crescimento acumulado tomando por base o ano de 2002, também se verifica que a dinâmica do Nordeste é superior a brasileira (ver a frente tabela 2). Em 2010 esse dinamismo não se modificou segundo estimativas de várias consultorias especializadas, mesmo considerando a desaceleração econômica do país, em 2009, em razão da crise econômica internacional que se aprofundou sobremaneira a partir do último trimestre de 2008, com a concordata declarada do *mega* banco norte-americano *Lehman Brothers*.

Entretanto, apesar do forte dinamismo econômico nordestino ter superado a média nacional no período considerado este movimento não foi homogêneo entre todas as economias da região. A situação intra-regional apresentou diferenças substanciais. Considerando as taxas médias de crescimento para 2004-2008, algumas economias da região superaram a média regional, outras ficaram entre a média nacional e nordestina e apenas duas apresentaram taxas de crescimento muito inferiores. No primeiro bloco se destacam Maranhão, com 8,1% de crescimento em média, Paraíba e Piauí, ambos com 7%, e Ceará e Rio Grande do Norte, ambos também com 5,8%. No segundo bloco figuraram Sergipe e Pernambuco, com 5,3% e 5,2%, respectivamente. Por último as economias com menores taxas de crescimento na média, para aquele período, foram: Bahia, com 4,2%, muito próximo do desempenho da média nacional que foi de 4,6%; e Alagoas apresentando um desempenho bem abaixo com apenas 3,8% de crescimento. Em 2009, o resultado foi desfavorável somente para as economias da Bahia e Maranhão, que apresentaram taxas de crescimento do PIB negativas em

relação a 2008, -0,6% e -1,7%, respectivamente. As demais economias da região cresceram com taxas maiores que a brasileira (-0,3%), com destaque para o Piauí (6,2%), Sergipe (4,4%), Pernambuco (2,6%), Alagoas (2,1%), Paraíba (1,6%), Rio Grande do Norte (1,5%). Somente o Ceará não obteve crescimento no período, ficando estagnado.

As consequências mais gerais que refletem os resultados do recente crescimento da economia nordestina podem ser explicadas por uma ordem de fatores inter-relacionados, os quais foram responsáveis pelo estímulo à ampliação dos investimentos na região e a expansão da renda e do consumo, sobretudo naquelas faixas de população que apresentavam, historicamente, baixo poder aquisitivo.

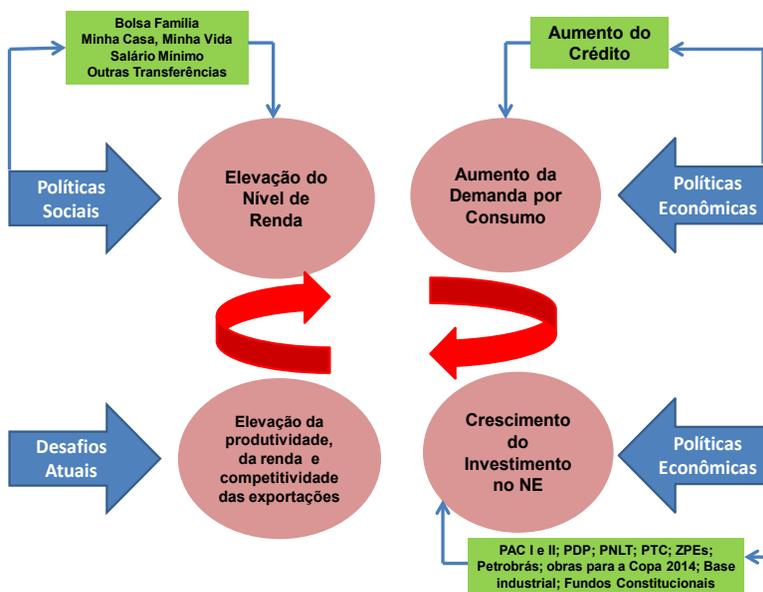
Pode-se destacar, primeiramente, o impacto que o Programa Bolsa Família exerceu no Nordeste em virtude de nesta parte do país se encontrar o maior número de famílias dependentes do Programa, contingentes muito superiores de famílias em estado de pobreza ou muito abaixo desta linha, herança histórica de um passado colonial e escravista.

Em 2010, cerca de 6,4 milhões de famílias foram atendidas no Nordeste com o respectivo Programa, ou seja, aproximadamente 50% de todo o país. Outro elemento estimulante do crescimento do consumo na região tem sido a elevação real do salário mínimo, que afeta tanto os trabalhadores da ativa quanto a grande maioria de aposentados e pensionistas do INSS. Juntando o Programa Bolsa-Família com os demais programas de transferência de renda condicionados, somado ao crescimento relativo do salário mínimo, tem-se uma verdadeira demanda efetiva responsável pela explosão do consumo das famílias da região.

Para incrementar ainda mais essa expansão do consumo, a possibilidade ampliada de acesso ao crédito, de diversas modalidades, ampliou o horizonte das famílias brasileiras em termos de aquisição de bens e serviços, o que normalmente seria limitado e adiado no tempo se as mesmas pudessem somente contar com a renda líquida presente, ou seja, elas jamais poderiam acessar bens de consumo duráveis modernos. Em 2009, somente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aportou para investimentos no Nordeste 16% de recursos de sua carteira total, o que significou cerca de 22 bilhões de reais, superando a média histórica de 6% de recursos destinados ao ano. Em relação ao crédito para o consumidor brasileiro, em 2010 foi 18% do PIB foi o nível de recursos disponibilizados pelo sistema financeiro nacional.

Outro fator que impulsionou o crescimento nordestino e a geração de emprego e renda, foi a política econômica anticíclica implementada pelo governo federal como maneira de enfrentar as turbulências da crise financeira internacional e manter o ritmo de crescimento da economia brasileira. Foi neste contexto que nasceu o Programa Minha Casa Minha Vida, contribuindo para a construção civil no Brasil tomar um novo ritmo de crescimento. No Nordeste, esse efeito foi ainda mais extraordinário. Os programas de reconstrução das casas e estabelecimentos comerciais destruídos, em razão das fortes chuvas que marcaram algumas sub-regiões, também contribuíram para reacender o setor e aquecer o mercado de trabalho. Para efeito de registro, o estoque de empregos na construção civil no Nordeste, entre 2005 e 2010, cresceu quase uma vez e meia, passando de 233.401 para 570.023 contratos formais.

**Quadro 1:** Padrão recente de crescimento econômico no Nordeste



Nota: PAC (Plano de Aceleração do Crescimento); PDP (Plano de Desenvolvimento Produtivo); PNLT (Plano Nacional de Logística e Transporte); PTC (Programa Territórios da Cidadania); ZPE's (Zonas de Processamento de Exportações). Baseado em BACELAR (2011)

Por fim, e não menos importante, deve-se destacar como grandes impulsionadores do crescimento econômico regional os Programas de Aceleração do Crescimento I e II, lançados pelo governo federal em 2007 e 2011,

respectivamente. Para efeito de registro, dos R\$ 619 bilhões previstos para serem executados nos diversos pacotes de investimentos em nível nacional (logística, infraestrutura social e urbana e energia) pelo PAC I (2007/2010), o Nordeste foi contemplado com mais de um sexto do total, R\$ 116 bilhões.

## A EVOLUÇÃO ECONÔMICA RECENTE

É importante salientar que apesar dos fatores citados na seção anterior terem influenciado sobremaneira o crescimento econômico nordestino recente, assim como outros de menor relevância, a participação econômica da região no PIB nacional não tem superado a marca histórica de 13%, apesar de concentrar 27,8% da população brasileira, somente ficando atrás do Sudeste com 42,1% da população, mas com 56% do PIB nacional. Esta estagnação relativa ainda mantém as características das desigualdades regionais no país. Isso ainda é mais importante quando percebemos que a dinâmica intra-regional no Nordeste parece promover uma mudança na posição hierárquica entre as economias estaduais, mais precisamente daquelas que se encontram nas faixas intermediárias para baixo no ranking regional (tabela 1).

**Tabela 1:** Evolução do PIB do Nordeste – 2002/2009 (preços correntes)

UN	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BA	60.672	68.147	79.083	90.919	96.521	109.652	121.581	137.075
PE	35.251	39.308	44.011	49.922	55.493	62.256	70.441	78.428
CE	28.896	32.565	36.866	40.935	46.303	50.331	60.099	65.704
<b>BA,PE,CE/ NE</b>	<b>65%</b>	<b>64,5%</b>	<b>64,7%</b>	<b>64,8%</b>	<b>63,7%</b>	<b>63,9%</b>	<b>63,4%</b>	<b>64,2%</b>
MA	15.449	18.483	21.605	25.335	28.620	31.606	38.487	39.855
RN	12.198	13.515	15.580	17.870	20.555	22.926	25.481	27.905
PB	12.434	14.158	15.022	16.869	19.951	22.202	25.697	28.719
<b>MA,RN,PB/ NE</b>	<b>20,9%</b>	<b>21,2%</b>	<b>21,3%</b>	<b>21,4%</b>	<b>22,2%</b>	<b>22%</b>	<b>22,5%</b>	<b>22%</b>
AL	9.812	11.210	12.891	14.139	15.748	17.793	19.447	21.235
SE	9.454	10.874	12.167	13.427	15.124	16.896	19.552	19.767
PI	7.425	8.777	9.817	11.129	12.788	14.136	16.761	19.033

<b>AL,SE,PI/ NE</b>	<b>14,1%</b>	<b>14,3%</b>	<b>14%</b>	<b>13,8%</b>	<b>14,1%</b>	<b>14,1%</b>	<b>14,1%</b>	<b>13,8%</b>
<b>NE</b>	191.591	217.037	247.042	280.545	311.103	347.798	397.546	437.720
<b>NE/BR</b>	<b>12,9%</b>	<b>12,7%</b>	<b>12,7%</b>	<b>13%</b>	<b>13,1%</b>	<b>13%</b>	<b>13,1%</b>	<b>13,5%</b>
<b>BR</b>	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.484	2.661.344	3.031.864	3.239.404

Fonte IBGE/Contas Regionais.

No Nordeste, o processo de concentração econômica ainda persiste, beneficiando os três estados mais dinâmicos e com maiores níveis de produto, Bahia, Ceará e Pernambuco. Essas três economias são responsáveis por mais de 64% do PIB regional, em 2009, e ainda abarcam mais de 60% dos investimentos dos PAC's I e II, disputando entre si os principais blocos de inversões da iniciativa privada e, principalmente, do governo federal e empresas estatais, como a Petrobrás.

Por outro lado, os demais estados disputam e procuram, incessantemente, aumentar suas respectivas participações no PIB da região. Destacam-se nesta disputa Maranhão, Piauí, Sergipe e Paraíba. Essas economias têm apresentado taxas acumuladas de crescimento até mesmo superiores a da economia brasileira, permitindo que a mobilidade ascendente seja motivo de destaque nas avaliações mais dinâmicas.

Por sua vez, as economias de Alagoas e Rio Grande do Norte não têm demonstrado o mesmo desempenho. Porém, as avaliações mais recentes colocam este último estado em rota de crescimento em razão dos elevados pacotes de investimentos que estão programados para os próximos anos, principalmente relacionados a exploração de petróleo e realização da Copa do Mundo, em 2014.

No caso de Alagoas, o drama é ainda mais acentuado em razão desta economia já ter se posicionado entre as quatro maiores do Nordeste em termos de participação no PIB regional em meados do século XX, vindo a perder essa posição ao longo, principalmente, das últimas duas décadas, como será observado adiante. Como ficou demonstrada na tabela 2, a dinâmica do crescimento acumulado do PIB alagoano é a menor de todos os estados nordestinos, verificando um crescimento entre 2002 e 2009 de apenas 25,7%, menor mesmo que a média para a região.

**Tabela 2:** Índice de Crescimento Acumulado do PIB do Nordeste – 2002/2009 (2002=100)

UN	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>RN</b>	100,0	101,5	105,0	109,2	114,4	117,4	122,7	146,4
<b>PI</b>	100,0	105,4	112,0	117,1	124,2	126,7	137,9	146,4
<b>MA</b>	100,0	104,4	113,8	122,1	128,2	139,8	146,0	143,4
<b>BA</b>	100,0	102,2	112,0	117,4	120,5	126,9	133,5	132,7
<b>CE</b>	100,0	101,5	106,7	109,7	118,5	122,5	132,9	132,9
<b>Nordeste</b>	<b>100,0</b>	<b>101,9</b>	<b>108,5</b>	<b>113,5</b>	<b>118,9</b>	<b>124,6</b>	<b>131,5</b>	<b>132,8</b>
<b>SE</b>	100,0	102,7	109,5	115,7	120,4	127,9	131,2	137,1
<b>PB</b>	100,0	105,3	108,2	112,5	120,1	122,7	129,5	131,6
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>101,1</b>	<b>106,9</b>	<b>110,3</b>	<b>114,7</b>	<b>121,7</b>	<b>127,9</b>	<b>127,5</b>
<b>PE</b>	100,0	99,4	103,4	107,8	113,3	119,4	125,7	129,2
<b>AL</b>	100,0	99,4	103,9	108,9	113,7	118,3	123,2	125,7

Fonte IBGE/Contas Regionais.

Em termos populacionais e admitindo-se os quatro últimos censos demográficos, todos os estados nordestinos apresentam diminuição no ritmo de crescimento populacional, com destaque para Paraíba, Pernambuco, Piauí e Bahia que alcançaram médias de crescimento abaixo da média regional, no longo período considerado. Por outro lado, os estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará e Alagoas continuam com um crescimento médio populacional acima da média nordestina. No entanto, se analisarmos a velocidade da diminuição do crescimento populacional, verificamos que entre 1991 e 2010, Alagoas diminuiu 14,2 pontos percentuais. Assim, do ponto de vista da análise comparativa a partir da distribuição do PIB, ou seja, em termos de PIB *per capita*, alguns elementos interessantes se apresentam diante da dinâmica do crescimento econômico e populacional nas últimas décadas, principalmente do ponto de vista da redefinição da hierarquia econômica intra-regional.

**Tabela 3:** Evolução da população, taxa de crescimento e médias – 1980/2010

UN	Evolução da População				Tx. de Crescimento			Média
	1980	1991	2000	2010	1991	2000	2010	
BA	9.597.393	11.855.157	13.066.910	14.016.906	23,5	10,2	7,3	13,7
PE	6.244.275	7.122.548	7.911.937	8.796.448	14,1	11,1	11,2	12,1
CE	5.380.432	6.362.620	7.418.476	8.452.381	18,3	16,6	13,9	16,3
MA	4.097.231	4.929.029	5.642.960	6.574.789	20,3	14,5	16,5	17,1
RN	1.933.126	2.414.121	2.771.538	3.168.027	24,9	14,8	14,3	18,0
PB	2.810.032	3.200.677	3.439.344	3.766.528	13,9	7,5	9,5	10,3
AL	2.011.875	2.512.991	2.819.172	3.120.494	24,9	12,2	10,7	15,9
SE	1.156.642	1.491.867	1.781.714	2.068.017	29,0	19,4	16,1	21,5
PI	2.188.150	2.581.215	2.841.202	3.118.360	18,0	10,1	9,8	12,6
NE	<b>35.419.156</b>	<b>42.470.225</b>	<b>47.693.253</b>	<b>53.081.950</b>	<b>19,9</b>	<b>12,3</b>	<b>11,3</b>	<b>14,5</b>

Fonte: IBGE.

Em termos absolutos, o estado de Sergipe ainda continua com o maior PIB *per capita*, acompanhado da Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco, todos eles superiores ao registrado para o Nordeste. Abaixo desta média encontram-se Ceará, Paraíba, Alagoas, Maranhão e Piauí. Se observarmos o fato de que Bahia e Alagoas foram os dois estados em que a população cresceu num ritmo menor nos últimos quatro censos, chegamos à conclusão de que a Bahia ficou ligeiramente em vantagem com relação a Alagoas, apesar das duas economias apresentarem taxas muito baixas de crescimento do PIB *per capita*.

No caso baiano o forte declínio populacional permitiu uma ligeira vantagem. Para Alagoas, o baixo crescimento do produto durante o período verificado não permitiu que a economia do estado se aproveitasse das janelas de oportunidades criadas pelo processo de transição demográfica, quando a população cresce em ritmo bem mais lento e isso pode promover aumentos no PIB *per capita*, caso a taxa de crescimento econômico seja superior a da população.

Das economias estaduais que apresentam produtos *per capita* superiores ao nível nordestino, o estado de Sergipe tem se destacado em ter-

mos de aumento da participação, principalmente a partir de 2005 até 2008 quando novamente apresenta um movimento ascendente em recuperação aos níveis alcançados em 2002. Entretanto, em 2009, a participação do PIB *per capita* sergipano decresceu fortemente. Por sua vez, Pernambuco, em 2009, recuperou sua participação ao nível do ano de 2002. O caso da Bahia, como já se observou, tem apresentado uma perda significativa de participação em razão do baixo dinamismo econômico *vis à vis* o verificado em relação, principalmente ao Maranhão, Piauí e Paraíba, que têm aumentado a participação de forma considerável (gráficos 1 e 2).

**Tabela 4:** Evolução do PIB *per capita* (preços correntes) – 2002/2009

UN	Evolução do PIB <i>per capita</i>							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BA	4.524,67	5.031,40	5.780,06	6.581,04	6.918,97	7.787,40	8.378,41	9.364,71
PE	4.327,78	4.773,53	5.287,29	5.933,46	6.526,63	7.663,78	8.064,95	8.901,93
CE	3.735,16	4.145,07	4.621,82	5.055,43	5.634,97	6.149,03	7.111,85	7.686,62
MA	2.636,93	3.111,63	3.587,90	4.150,95	4.627,71	5.165,23	6.103,66	6.259,43
RN	4.234,49	4.626,36	5.259,92	5.950,38	6.753,04	7.607,01	8.202,81	8.893,90
PB	3.538,86	3.998,32	4.209,90	4.691,09	5.506,09	6.097,04	6.865,98	7.617,71
AL	3.370,53	3.804,89	4.324,35	4.688,25	5.162,25	5.858,37	6.227,50	6.728,21
SE	5.059,88	5.718,37	6.289,39	6.823,39	7.559,35	8.711,70	9.778,96	9.787,25
PI	2.544,34	2.977,51	3.297,24	3.701,24	4.211,87	4.661,56	5.372,56	6.051,10
NE	3.890,86	4.355,28	4.898,99	5.498,83	6.028,83	6.748,81	7.487,55	8.167,75
BR	8.378,10	9.497,69	10.692,19	11.658,10	12.686,60	14.464,73	15.989,75	16.917,66

Fonte: IBGE.

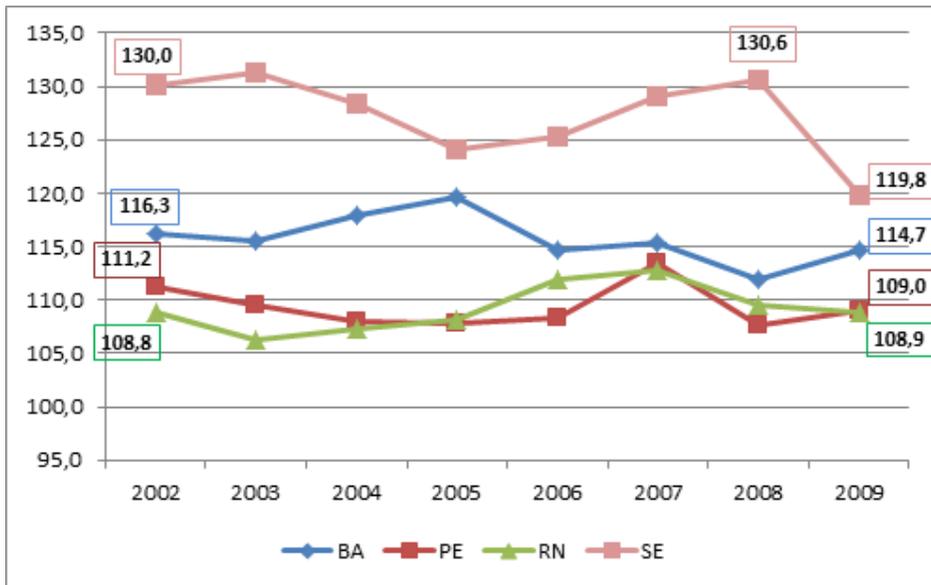
Observe-se, ainda, que o único estado onde o PIB *per capita* parece não se recuperar, tampouco acompanhar o movimento daqueles que estão abaixo do PIB *per capita* nordestino, é o de Alagoas (gráfico 2). Em 2002, ele se situava na sétima posição no *ranking* dos produtos *per capita* do Nordeste, mas muito próximo do Ceará e Paraíba e muito acima do Maranhão e Piauí (tabela 4). Em 2009, como se observa no gráfico 2, o PIB *per capita* de Alagoas despenca de uma participação no PIB *per capita* regional de 86,6%, em 2002, para 82,4%, em 2009. Assim, ele se distancia do cearense e paraibano e se nivela por baixo em relação ao Maranhão e Piauí. Reforça-se, com isso, o

argumento de que apesar da população alagoana ser uma das que menos cresce na região, o seu produto não tem crescido a ponto de fazer o PIB *per capita* também evoluir. E isso ficou evidenciado quando as contas regionais registraram, em 2008, a redução da participação do PIB alagoano no PIB brasileiro de 0,7% para 0,6%. Em 2009 ele retornou a recuperar sua participação no PIB regional sem grandes modificações importantes.

*O desempenho da economia alagoana, portanto, significa um caso típico de involução econômica ao nível de baixa produtividade do sistema econômico.* Em termos objetivos, entre as economias que se situam abaixo do nível do produto *per capita* do Nordeste, destacam-se os desempenhos do Piauí e, principalmente, Maranhão. Eles saem de uma participação de 65,4% e 67,8% do PIB *per capita* do Nordeste, em 2002, para 72% e 81,5%, em 2008, respectivamente. A Paraíba, em 2005, volta a recuperar sua participação e, por sua vez, o Ceará retornou a se aproximar do nível da região, em 2008 (gráfico 2).

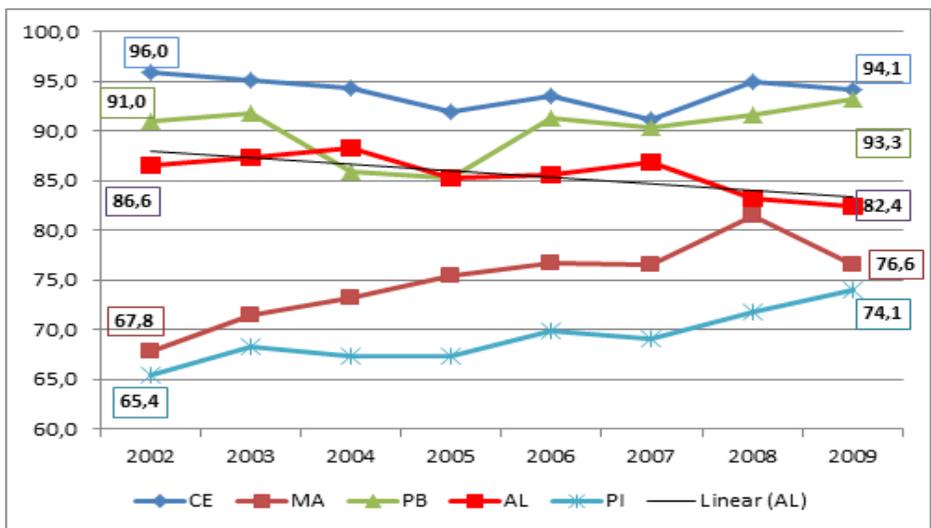
A perda de dinamismo da economia alagoana fica ainda mais evidente quando se amplia o escopo de análise numa comparação simples de participação do PIB *per capita* do estado nos demais estados nordestinos. Se observarmos, portanto, a relação do produto alagoano nos quatro maiores PIB *per capita* da região, perceberemos, por exemplo, que em relação à Bahia, Pernambuco e Ceará, em 2009, 71,8%, 75,6% e 87,5%, respectivamente. Então, vê-se, claramente, um movimento de perda relativa do produto *per capita* alagoano em relação a esses estados. Por sua vez, com relação a Sergipe, o produto *per capita* alagoano apresenta o mesmo movimento, chegando a declinar -4,3% entre 2002-2008 (tabela 4, gráfico 3), com exceção de 2009 onde voltou a se recuperar de maneira importante, depois de um longo período de perda relativa.

**Gráfico 1:** Evolução da participação do PIB *per capita* dos estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe no PIB *per capita* do Nordeste.



Fonte: IBGE.

**Gráfico 2:** Evolução da participação do PIB *per capita* dos estados do Ceará, Maranhão, Paraíba, Alagoas e Piauí no PIB *per capita* do Nordeste.



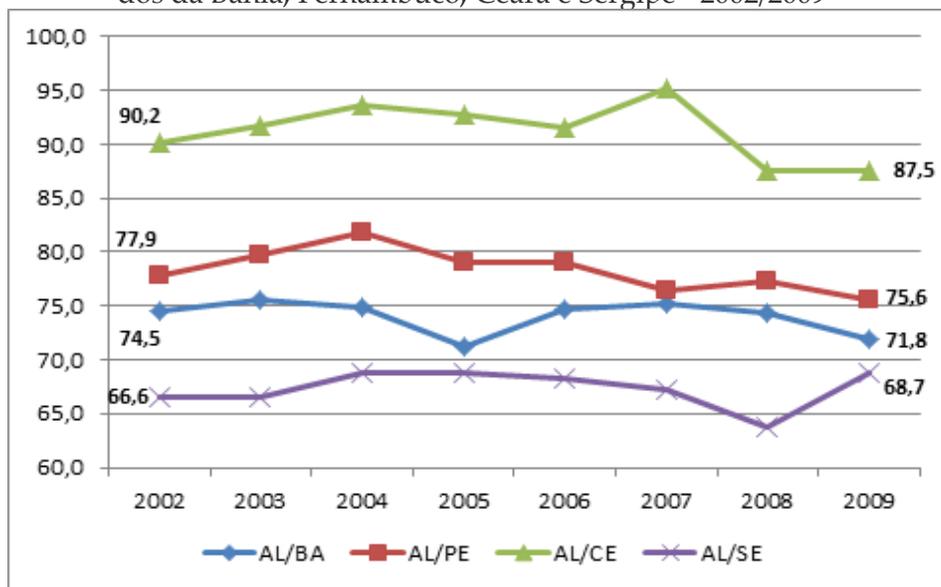
Fonte: IBGE.

**Tabela 4:** Participação do PIB *per capita* alagoano no PIB *per capita* dos demais estados da região Nordeste e Brasil – 2002/2009

UN	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
AL/BA	74,5	75,6	74,8	71,2	74,6	75,2	74,3	71,8
AL/PE	77,9	79,7	81,8	79,0	79,1	76,4	77,2	75,6
AL/CE	90,2	91,8	93,6	92,7	1,6	95,3	87,6	87,5
AL/MA	127,8	122,3	120,5	112,9	111,6	113,4	102,0	107,5
AL/RN	79,6	82,2	82,2	78,8	76,4	77,0	75,9	75,6
AL/PB	95,2	95,2	102,7	99,9	93,8	96,1	90,7	88,3
AL/SE	66,6	66,5	68,8	68,7	68,3	67,2	63,7	68,7
AL/PI	132,5	127,8	131,2	126,7	122,6	125,7	115,9	111,2
AL/NE	86,6	87,4	88,3	85,3	85,6	86,8	83,2	82,4
AL/BR	40,2	40,1	40,4	40,2	40,7	40,5	38,9	39,8

Fonte: IBGE.

**Gráfico 3:** Evolução da participação do PIB *per capita* alagoano nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Sergipe - 2002/2009



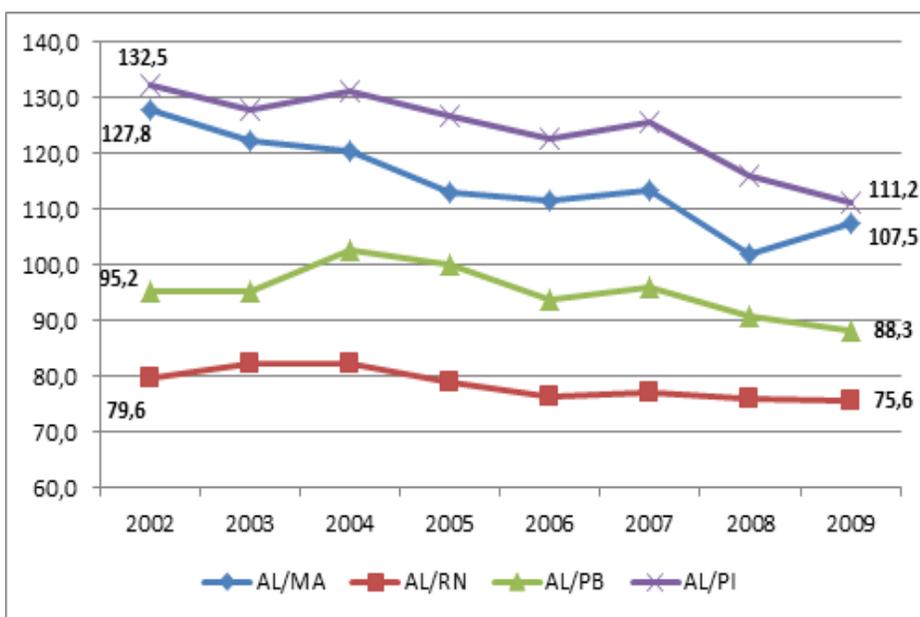
Fonte: IBGE.

Quando se compara o produto *per capita* alagoano em termos de participação no produto dos estados que apresentam níveis inferiores à média nordestina, fica ainda mais cristalina a extraordinária deterioração

da posição de Alagoas *vis à vis* o desempenho econômico regional. Com exceção da Bahia e Pernambuco, Alagoas vem perdendo participação relativa em todos os demais estados da região, inclusive à média nordestina e brasileira. Comparando a participação do produto *per capita* de Alagoas com o dos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, o declínio relativo foi da ordem de -5% e -7,2%, respectivamente, entre 2002 e 2009

Mas o que realmente chama atenção é a aproximação do produto *per capita* do Maranhão e Piauí ao de Alagoas. Em 2002 a riqueza média da economia alagoana chegava a 132,5% e 128% do Piauí e do Maranhão (gráfico 4). Entretanto, entre 2002 e 2009, houve um intenso declínio da ordem de -16% e -15,8%, respectivamente, na relação com aqueles estados mais “pobres” da região Nordeste se aproximando, rapidamente, do produto *per capita* de Alagoas enquanto este, como já foi apontado, cresce muito lentamente.

**Gráfico 4:** Evolução da participação do PIB *per capita* alagoano nos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí, 2002/2009



Fonte: IBGE.

A linha de tendência da participação de Alagoas no produto *per capita* da região mostra, claramente, o resultado geral, ou seja, uma diminuição sensível na riqueza econômica alagoana em termos relativos à nordestina, apesar de haver crescimento econômico em termos absolutos. Enquanto, como foi apontado, não existe convergência de forma alguma em relação a Pernambuco e Sergipe. Em relação à Bahia a situação é estável pelos motivos já levantados, enquanto Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, desde a década de 1980 vêm numa trajetória de alinhamento e até mesmo ultrapassagem do produto *per capita* de Alagoas, como é o caso potiguar.

Tomando um período mais longo de tempo, em 1985 a economia de Alagoas era quase duas vezes e meia mais rica, em termos de renda *per capita*, que Maranhão e Piauí. Como já se assinalou os resultados para 2009 apontam, portanto, para uma forte deterioração dessa relação e esses dois estados convergem muito intensamente para o mesmo nível de riqueza de Alagoas, chegando esta economia ser apenas 16% mais rica, em termos *per capita*, que a economia maranhense e 2% que a piauiense. Mencione-se, ainda, que com uma população de 6% da nordestina, Alagoas vê sua participação econômica no PIB do Nordeste cair de 6,0%, em 1985, para 4,8%, em 2009.

Portanto, temos no caso de Alagoas, um exemplo emblemático de involução econômica, com fortes características de fortalecimento das estruturas do subdesenvolvimento, quais sejam: uma estrutura econômica muito pouco diversificada; baixa produtividade e ocupação da força de trabalho<sup>1</sup>; forte heterogeneidade tecnológica entre os setores produtores; e, elevada desigualdade de renda e riqueza. Aliado a esses fatores econômicos se destacam: baixo padrão na oferta de serviços públicos; altos índices de analfabetismo e baixo nível de escolaridade; forte concentração fundiária, que aliada à elevada densidade demográfica, provoca distúrbios em termos de mobilidade urbana, ocupação do solo nas cidades e baixo nível de acesso a habitação própria; e, como consequência geral, a explosão da violência, urbana e rural, principalmente nos estratos inferiores da sociedade alagoana e entre os jovens. Com todos esses problemas, ainda não se pode contar com um sistema de governança (instituições) adequado para os desafios

---

<sup>1</sup>Os dados mais recentes sobre a taxa de desocupação em Alagoas, para 2009, registram um nível de 10% da População Economicamente Ativa (PEA), acima da média nordestina que ficou em 8,9% e somente abaixo de Pernambuco com 12%. Os maiores percentuais atingem os jovens com idade entre 15 e 24 anos, a maioria mulheres (13,4%).

que exigem as mudanças estruturais e aperfeiçoamento, com inovação e criatividade, da prática de políticas públicas.

Em razão dos dados das contas regionais estarem disponíveis até 2009, em especial da economia alagoana, entretanto esse aspecto não prejudica a análise em termos de evolução histórica e tendências mais recentes. Como veremos mais adiante com alguns outros dados, eles já podem confirmar previamente que a economia alagoana, no ritmo comprovado entre 2004 e 2008, já se tornou uma das mais pobres dentro da federação. Provavelmente, nas novas contas regionais do IBGE estará apontada a tendência de arrefecimento do dinamismo econômico do estado, mostrando o Maranhão ultrapassando Alagoas em termos de PIB *per capita* e o Piauí muito próximo de realizar este feito.

Na presente análise, pode-se incluir ainda uma avaliação do comportamento econômico setorial e do emprego como maneira de trazer a reflexão até os nossos dias. Assim, na próxima seção, procederemos a uma análise de como evolui e como foi a dinâmica intra-regional do ponto de vista do crescimento de alguns setores econômicos, bem como isso se refletiu em termos de expansão no estoque de empregos. Com base nos dados consolidados do Ministério do Trabalho, através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Censo Agropecuário e as das várias Pesquisas Mensais do Comércio, ambos os documentos do IBGE, far-se-á uma avaliação comparativa entre o desempenho da economia alagoana com os demais estados do Nordeste. Com isso, verificar-se-á que muitos dos aspectos que foram apontados nessa primeira parte se comprovarão quando correlacionarmos esses resultados com o desempenho do produto *per capita* regional, como foi feito até então.

## EVOLUÇÃO ECONÔMICA REGIONAL DO PONTO DE VISTA SETORIAL E DO ESTOQUE DE EMPREGO

### INDÚSTRIA

Uma avaliação do comportamento do crescimento de unidades industriais no Nordeste pode contribuir para esclarecer melhor o desempenho do crescimento econômico dos estados da região como foi feito sumariamente na parte anterior. Como pode ser observado na tabela 5, o

crescimento acumulado de estabelecimentos industriais no Nordeste entre 1998 e 2010, alcançou 71,6%. Igual ou acima desta média encontram-se o Rio Grande do Norte (94,6%), Piauí (87,1%), Ceará (85,1%), Pernambuco (73,2%), Maranhão (72,1%) e Bahia (71,3%). Apenas Sergipe (65,7%), Alagoas (48,4%) e Paraíba (46,4%), cresceram abaixo daquela média.

**Tabela 5:** Índice de Crescimento Acumulado do número de estabelecimentos industriais no Nordeste, 1998-2010 (1998=100)

UN	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AL	100	102,2	106,1	105,3	108,6	111,5	111,9	114,2	129,4	132,1	140,9	149,0	148,4
BA	100	105,1	107,2	111,0	114,0	119,4	126,8	133,6	150,7	156,0	163,2	171,0	171,3
CE	100	105,5	112,7	115,0	123,3	129,2	132,9	137,5	148,7	157,0	168,7	176,0	185,1
MA	100	100,8	104,3	109,6	114,0	121,1	127,8	134,6	141,0	147,3	158,7	167,5	172,1
PB	100	108,4	108,0	108,9	112,5	113,6	115,9	116,7	127,0	132,0	139,5	144,5	146,4
PE	100	105,0	107,5	109,6	116,0	119,4	126,0	133,0	146,3	150,8	156,8	167,7	173,2
PI	100	101,4	105,5	112,0	122,9	125,8	130,8	141,4	154,3	164,0	160,0	175,2	187,1
RN	100	111,5	119,1	119,3	127,9	133,0	139,6	144,0	158,7	160,9	176,2	189,9	194,6
SE	100	106,9	109,9	111,1	117,3	121,7	127,2	132,6	141,2	145,9	154,9	161,5	165,7
NE	100	105,2	108,9	111,3	117,4	121,6	126,5	132,0	144,1	149,6	157,7	166,9	171,6

Fonte: MTE/RAIS.

Quando fazemos a média das taxas de crescimento da implantação de estabelecimentos industriais, e comparamos a média verificada para o Nordeste, verifica-se que dentre todos os estados somente Alagoas (3,4%) e Paraíba (3,2%), apresentaram dinamismo menor que a média para toda a região (tabela 6).

**Tabela 6:** Taxas médias de crescimento do número de estabelecimentos industriais no Nordeste, 1998-2010 (%).

UN	1999-2002	2003-2006	2007-2010	Médias
AL	2,1	4,6	3,5	3,4
BA	3,3	7,3	3,3	4,6
CE	5,4	4,8	5,6	5,2
MA	3,3	5,5	5,1	4,6
PB	3,0	3,1	3,6	3,2
PE	3,8	6,0	4,3	4,7

<b>PI</b>	5,2	6,4	4,6	5,4
<b>RN</b>	6,4	5,6	5,3	5,7
<b>SE</b>	4,1	4,7	4,1	4,3
<b>Média NE</b>	<b>4,1</b>	<b>5,3</b>	<b>4,4</b>	<b>4,6</b>

Fonte: MTE/RAIS.

É importante ressaltar que a economia paraibana apresenta uma estrutura industrial bem mais diversificada que Alagoas. Esses resultados informam preliminarmente, portanto, que se trata de uma assertiva relativamente equivocada afirmar que a economia alagoana tem passado por um surto de industrialização, principalmente no período 2007-2010. Se isto fosse verdade, os dados sobre a geração de emprego seriam logo percebidos. Mas não. Apesar do crescimento no acumulado do estoque de empregos industriais em Alagoas ter alcançado 86% entre 1998 e 2010, ele ficou muito abaixo do nível registrado para a média nordestina, que praticamente dobrou em 12 anos (tabela 7). A indústria de alimentos, bebidas e álcool etílico, depois de se expandir principalmente entre 2006 e 2009, com uma taxa acumulada média de 18,7%, em 2010 regrediu para 7,6% em termos de crescimento quando comparado a 1998.

**Tabela 7: Índice de Crescimento Acumulado do estoque de empregos industriais no Nordeste, 1998-2010.**

UN	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AL	100	96,7	108,6	132,1	136,3	142,2	167,6	170,2	179,6	182,8	185,0	187,7	186,6
BA	100	107,4	124,6	129,1	142,5	152,4	169,3	183,1	202,8	223,1	232,4	247,1	265,4
CE	100	107,2	118,6	114,9	127,6	134,8	145,1	148,4	160,2	170,7	176,8	194,2	205,9
MA	100	100,8	110,1	106,2	114,1	120,4	123,5	129,4	155,1	177,0	189,4	176,8	195,7
PB	100	101,8	109,3	106,5	116,2	109,1	121,1	133,0	142,3	157,8	160,1	163,0	178,8
PE	100	97,0	99,8	105,1	102,8	99,9	114,7	123,9	135,5	145,6	154,9	164,0	167,9
PI	100	103,6	108,2	109,7	117,0	116,8	122,5	128,8	135,5	140,6	143,4	153,9	162,7
RN	100	107,1	109,3	108,9	133,4	120,0	133,9	140,5	154,2	176,1	182,5	186,7	200,3
SE	100	100,8	116,9	123,1	132,5	136,6	148,6	165,0	177,4	184,2	192,1	203,8	228,1
NE	100	102,5	111,7	115,1	124,7	125,8	138,5	146,9	160,3	173,1	179,6	186,4	199,0

Fonte: MTE/RAIS.

Observe-se que entre os períodos 1999/2002 e 2003/2006, as taxas médias de crescimento do estoque de empregos industriais na economia alagoana alcançaram 8,5% e 7,3%, respectivamente. Muito superiores que as médias registradas para a região Nordeste, 5,7% e 6,2%. Por sua vez, entre 2007-2010, enquanto todos os estados nordestinos, com a honrosa exceção do Piauí, superavam a média do Nordeste de 5,5%, o resultado na expansão do estoque de empregos industriais em Alagoas beirava a estagnação com apenas 1% de crescimento (tabela 8).

**Tabela 8:** Taxas médias de crescimento do estoque de empregos industriais no Nordeste, 1998-2010 (%).

UN	1999-2002	2003-2006	2007-2010	Médias
AL	8,5	7,3	1,0	5,6
BA	9,3	9,2	7,0	8,5
CE	6,4	5,9	6,5	6,2
MA	3,3	5,5	5,1	4,6
PB	3,9	5,4	6,0	5,1
PE	0,8	7,3	5,5	4,5
PI	4,0	3,7	4,7	4,1
RN	7,8	4,1	6,8	6,2
SE	7,4	7,6	6,5	7,1
<b>Média NE</b>	<b>5,7</b>	<b>6,2</b>	<b>5,5</b>	<b>5,8</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Desde 2007 que o estoque de empregos na indústria e nas atividades extrativas minerais em Alagoas cresce marginalmente, saltando de 103.960, neste ano, para 105.869, em 2010. Destacam-se entre os setores em que mais cresce o emprego no período considerado, as indústrias de calçados (26,4%), mecânica (19,7%), química (19%), de material de transporte (15%), material elétrico e de comunicações (14%). Por outro lado, em comparação com os períodos de 1999-2002 e 2003-2006, a atividade extrativa mineral apresentou uma taxa de crescimento médio do estoque de emprego muitíssimo aquém das registradas. A indústria têxtil, pelo contrário, vem diminuindo seu estoque de emprego de maneira substancial. Um dos principais setores da atividade econômica do estado, responsável

em boa parte da indústria de transformação diminuiu sensivelmente a capacidade de gerar novos empregos, encontrando-se numa situação de semi-estagnação nesse quesito (tabela 9).

No geral, do ponto de vista dos resultados na geração de empregos, principalmente no período 2007-2010, evidente que alguns elementos agravantes contribuíram para que a economia alagoana não conseguisse acompanhar o ritmo de crescimento dos investimentos industriais na região, tampouco sua política de incentivos industriais conseguiu auferir resultados satisfatórios do ponto de vista de quebrar com a rigidez da demanda por mão de obra.

**Tabela 9:** Taxas médias de crescimento do estoque de empregos industriais por atividade em Alagoas, 1998-2010 (%)

Sub-setores econômicos	1999-2002	2003-2006	2007-2010
Extrativa Mineral	15,8	14,2	1,9
Indústria de minerais não-metálicos	1,7	5,8	6,0
Indústria metalúrgica	1,5	17,6	3,6
Indústria mecânica	12,3	21,4	19,7
Indústria do material elétrico e de comunicações	-9,2	70,7	13,7
Indústria do material de transporte	-3,1	-4,6	14,8
Indústria da madeira e mobiliário	2,8	1,4	4,1
Indústria do papel, editorial e gráfica	-2,3	1,2	4,7
Indústria da borracha, fumo e couros	-10,5	-16,7	1,2
Indústria química	7,0	40,0	18,8
Indústria têxtil	-1,3	-1,1	-6,2
Indústria de calçados	5,6	-4,9	26,4
Indústria de alimentos, bebidas e álcool etílico	10,1	6,9	0,7

Fonte: Com base nos dados do MTE/RAIS.

## COMÉRCIO, SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL

A realidade do desempenho dos setores de comércio, serviços e construção civil demonstra uma situação diferente para a economia alagoana. De acordo com os últimos dados sobre a distribuição do PIB do estado, cerca de 70% é composto pelas atividades de comércio e serviços, 22% indústria e 8% agricultura.

Nos últimos anos, as principais atividades vinculadas ao comércio (varejo e atacado) se beneficiaram sobremaneira das condições de crescimento econômico do país e, como já se assinalou, no Nordeste em especial, os programas de transferência de renda como o Programa Bolsa família impulsionou as economias locais. Um dos sintomas mais claros desse movimento é que a região passou a ser palco central de atração de novos investimentos por parte de grandes redes de varejo que distribuíram suas lojas em vários lugares, de novas áreas nas capitais aos municípios pelo interior.

Por sua vez, o Programa Minha Casa Minha Vida não somente fez aumentar o número de novas empresas construtoras e impulsionar a geração de empregos formais, mas também teve um impacto extraordinário nas atividades de intermediação financeira, comércio e administração de imóveis e valores imobiliários.

Na tabela 10, configura-se o crescimento acumulado do número de estabelecimentos comerciais, de serviços e a construção civil nos estados nordestinos. Observa-se que essas atividades na região acumularam um crescimento superior ao verificado para a indústria (tabela 7). A economia alagoana apresentou um desempenho, desta vez, que superou a média da região, com um crescimento de 113,7% nos últimos 12 anos.

Entretanto, é preciso observar que esse resultado foi muito parecido entre todos os estados nordestinos o que permite concluir que esse movimento em Alagoas acompanhou a dinâmica de crescimento da economia nacional, em função das políticas econômicas favoráveis e a expansão dos programas que dinamizaram o crédito, a assistência social e o investimento, sobretudo em infra-estrutura e logística.

O resultado disso é que dos 14 milhões de empregos com carteira assinada gerados no Brasil entre 2002-2010, 2,5 milhões foram gerados no Nordeste. A renda gerada por esse processo foi cair diretamente no

circuito do consumo, como ficou bem visualizado no quadro 1. Na economia alagoana o impacto foi importante para os setores do comércio. O crescimento acumulado das vendas no comércio ampliado em Alagoas foi da ordem de mais de duas vezes e meia, ficando muito acima da média verificada para a região como um todo.

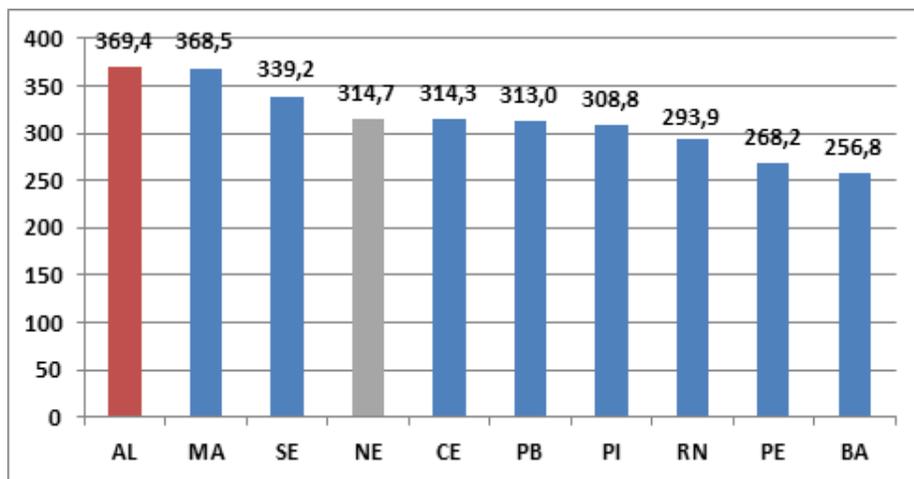
Em síntese, o crescimento do número de estabelecimentos vinculados ao comércio, serviços e construção civil em Alagoas deve-se muito mais a um movimento generalizado pelo Brasil, especialmente no Nordeste (tabela 11), do que propriamente a um impulso interno da economia alagoana. Isto somente poderia ocorrer se os resultados pelo lado da indústria fossem também favoráveis no estado. Entretanto, isto não se constata quando observada a dinâmica deste setor.

**Tabela 10:** Índice de Crescimento Acumulado do estoque de estabelecimentos nos setores de comércio, serviços e construção civil no Nordeste, 1998-2010

UN	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AL	100	105,8	112,3	115,7	124,7	133,2	141,6	150,2	160,5	169,5	180,3	194,6	213,7
BA	100	109,5	118,3	125,9	133,7	140,2	146,6	153,9	161,7	169,5	178,5	189,7	204,0
CE	100	108,8	119,1	125,6	137,5	143,6	149,5	154,6	163,7	171,5	183,5	196,2	213,6
MA	100	105,3	115,6	125,0	135,7	144,7	154,2	162,2	173,8	184,8	197,9	213,4	236,9
PB	100	109,6	116,1	123,6	131,8	136,0	140,1	145,5	151,6	158,8	169,4	181,5	198,2
PE	100	105,7	105,6	118,8	125,8	130,1	135,8	142,1	150,1	156,0	163,8	174,0	189,2
PI	100	105,1	111,8	118,1	126,2	132,1	139,1	146,8	159,0	167,2	181,2	196,4	217,5
RN	100	109,6	119,5	127,3	138,3	148,7	159,9	172,1	182,2	192,4	205,0	217,6	236,9
SE	100	108,8	115,5	118,5	127,1	132,2	138,2	143,5	150,1	156,6	163,9	172,4	186,0
NE	100	107,6	114,9	122,0	131,2	137,9	145,0	152,3	161,4	169,6	180,4	192,9	210,7

Fonte: MTE/RAIS.

**Gráfico 5:** Índice de Crescimento Acumulado do comércio ampliado no Nordeste, 2003-2010 (2003=100)



Fonte: IBGE-PMC.

**Tabela 11:** Taxas médias de crescimento do estoque de estabelecimentos nos setores de comércio, serviços e construção civil no Nordeste, 1998-2010 (%).

Área Geográfica	1999-2002	2003-2006	2007-2010	Médias
AL	5,7	6,5	7,4	6,5
BA	7,5	4,9	6,0	6,1
CE	8,3	4,5	6,9	6,5
MA	7,9	6,4	8,1	7,5
PB	7,2	3,6	6,9	5,9
PE	6,0	4,5	6,0	5,5
PI	6,0	6,0	8,2	6,7
RN	8,5	7,1	6,8	7,4
SE	6,2	4,2	5,5	5,3
<b>Média NE</b>	<b>7,0</b>	<b>5,3</b>	<b>6,9</b>	<b>6,4</b>

Fonte: MTE/RAIS.

Do ponto de vista da geração de empregos, o comportamento do crescimento acumulado foi muito próximo entre os estados nordestinos no período analisado, com destaque para os estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará que obtiveram resultados superiores à média nordestina (tabela 12).

Observa-se em toda a região que as taxas médias anuais de crescimento se elevam a partir do período 2003-2006, com surpreendentes resultados para o Maranhão, o que coaduna com o excepcional desempenho do crescimento do PIB *per capita* deste estado, verificado na primeira parte (tabela 13).

Apesar do momento mais recente ser muito bom para a economia alagoana em termos de crescimento do emprego nesses setores, é possível também verificar que os melhores resultados em termos de crescimento anual, foram alcançados no período 2003-2006 (tabela 13).

**Tabela 12:** Índice de Crescimento Acumulado do estoque de empregos nos setores de comércio, serviços e construção civil no Nordeste – 1998/2010

UN	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AL	100	101,3	106,9	112,4	122,0	121,6	135,4	145,8	157,3	164,6	171,7	184,9	199,3
BA	100	104,0	109,6	112,0	120,8	126,9	133,0	146,2	153,8	163,2	163,7	183,8	196,7
CE	100	102,5	104,3	111,0	121,0	125,1	129,3	139,8	150,2	161,0	168,8	189,8	204,8
MA	100	99,7	103,8	112,9	120,8	127,1	134,8	145,8	157,6	172,8	194,9	204,7	232,8
PB	100	102,6	103,9	112,3	116,0	120,4	121,5	129,0	138,5	146,4	155,5	169,7	181,0
PE	100	106,3	109,4	110,6	117,6	119,1	125,6	135,3	143,5	153,9	153,6	176,3	195,2
PI	100	102,4	104,2	109,3	120,8	126,3	134,5	143,3	150,2	152,7	168,9	180,2	194,2
RN	100	103,3	109,2	117,4	105,1	135,6	146,9	159,1	167,2	174,2	175,4	191,3	204,8
SE	100	108,8	115,5	118,5	127,1	132,2	138,2	143,5	150,1	156,6	163,9	172,4	186,0
NE	100	103,4	107,4	113,0	119,0	126,0	133,3	143,1	152,0	160,6	168,5	183,7	199,4

Fonte: MTE/RAIS.

**Tabela 13:** Taxas médias de crescimento do estoque de empregos nos setores de comércio, serviços e construção civil no Nordeste – 1998/2010 (%).

UN	1999-2002	2003-2006	2007-2010	Médias
AL	5,1	6,6	6,1	6,2
BA	4,9	6,2	6,3	5,8
CE	4,9	5,6	8,1	6,2
MA	4,9	6,9	10,3	7,3
PB	3,8	4,5	6,9	5,0
PE	4,2	5,1	8,0	5,7
PI	4,9	5,6	6,7	5,7
RN	1,5	12,7	5,2	6,4
SE	5,5	5,9	4,8	5,4
<b>Média NE</b>	<b>4,4</b>	<b>6,6</b>	<b>6,9</b>	<b>5,9</b>

Fonte: MTE/RAIS.

A análise do desempenho do crescimento do estoque de emprego por setor de atividade no comércio, serviços e construção civil, revela realmente como tem sido a contribuição de cada um deles na dinâmica econômica de Alagoas. Como se pode observar na tabela 14, para o período 1999-2002, o crescimento médio anual do estoque de empregos no estado teve uma distribuição um pouco desigual com destaque para os setores da construção civil, comércio varejista, administração pública, serviços relacionados principalmente ao *trade* turístico, comércio atacadista os serviços industriais e de utilidade pública.

Entre 2003-2006, observa-se que todos os setores alcançaram expressivas taxas médias de crescimento, com destaque para a evolução do estoque de empregos no setor de instituições de crédito, seguros e capitalização, demonstrando que a ampliação dessa atividade na economia alagoana foi, certamente, uma resposta ao bom momento verificado neste período, já que tanto as atividades industriais e o comércio e serviços cresceram também, demandando, portanto mais serviços de intermediação financeira e crédito.

Por sua vez, entre 2007-2010 observa-se claramente a extraordinária evolução do estoque de emprego na construção civil, em razão dos motivos que já foram expostos no início. Em razão disto, o estoque de empregos cresceu também nos setores de comércio e administração imobiliária.

Como também já era de se esperar, as atividades comerciais de varejo e atacadistas, continuaram fortes na geração de empregos, acompanhando a tendência regional.

O destaque negativo foi a redução considerável do crescimento do estoque de empregos na administração pública. A expansão média entre 2007-2010 foi de apenas 2%, contra os 6,2% em média dos dois períodos anteriores. Aqui vale ressaltar que as hipóteses por trás desse resultado podem estar relacionadas a: i) a política deliberada de não contratação de novos servidores públicos na esfera estadual em substituição aos aposentados e desligados em razão das demissões voluntárias e/ou afastados por motivos de doenças; ii) impossibilidade de contratação, principalmente por parte dos entes municipais, em razão dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; iii) enxugamento da máquina estatal como parte da política neoliberal, característica do modelo governamental adotado pela gestão responsável pelo Estado durante o período considerado.

**Tabela 14:** Taxas médias de crescimento do estoque de empregos nos setores de comércio, serviços e construção civil em Alagoas, - 1998/2010 (%).

Sub-setores econômicos	1999-2002	2003-2006	2007-2010
Serviços industriais de utilidade pública	4,7	5,1	4,7
Construção civil	7,6	6,4	27,8
Comércio varejista	6,8	9,0	8,8
Comércio atacadista	4,9	9,6	8,0
Instituições de crédito, seguros e capitalização	-0,7	10,6	3,2
Comércio e administração de imóveis, valores imobiliários e serviços técnicos	4,0	6,1	12,1
Transportes e comunicações	0,1	6,2	5,6
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e outros	5,6	7,6	6,2
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2,0	4,3	6,2
Educação	-2,8	5,2	12,6
Administração pública e autarquia	6,6	6,4	1,9

Fonte: MTE/RAIS

Em síntese, em relação ao comportamento geral das atividades de comércio, serviços e construção civil, a economia alagoana não difere do resultado alcançado pelas demais economias do Nordeste. Isto implica concluir que nesses setores, Alagoas tem se aproveitado das externalidades positivas provocadas pela expansão do pacote de programas federais (sociais e de investimentos), que têm dinamizado a região e impulsionado a geração de empregos, renda e, por consequência, elevado o padrão de consumo das classes B, C e D. Por um lado isto é muito positivo para a economia alagoana, principalmente em razão do impacto que os programas federais de assistência social provocam num sistema econômico marcado pela forte desigualdade de renda e riqueza, com elevados níveis de pobreza e miséria, como está apontado em outro capítulo neste trabalho.

Por outro lado, isto é motivo de preocupações porque esses resultados demonstram a forte dependência da economia alagoana das políticas traçadas e executadas fora da esfera de competência estadual, enquanto que nesta esfera parece que os resultados dos planos de desenvolvimento têm alcançado efeitos muito parcos em termos de mudanças significativas, como se pôde perceber em relação à expansão do estoque de empregos na atividade industrial para o período 2007-2010, em relação ao desempenho verificado para outros estados nordestinos. Como se observará na próxima seção em relação aos dados da agricultura, esses argumentos ganham ainda maior relevância.

## AGRICULTURA

Entre os dois últimos censos agropecuários produzidos pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) – 1996/2006 – os resultados obtidos informaram que ocorreu um salto extraordinário da produção e uma redução em magnitudes consideráveis das ocupações agrícolas.

Evidentemente que não basta estudos tão aprofundados para justificar que o aumento da produção esteve associado a pelo menos três motivos centrais: i) o forte empuxo da demanda externa pelos produtos brasileiros oriundos do campo; ii) o aumento do consumo alimentar no mercado doméstico (70% a 75% da produção destinou-se para esse mercado), em razão do sucesso das políticas que permitiram a redução da pobreza, aumento do emprego formal e, conseqüentemente, a elevação da renda

média brasileira; e iii) e a diversificação de políticas de incentivos agrícola, tributária e social que ajudaram a impulsionar a dinâmica econômica rural, onde se destacam, dentre outros: a iniciativa de criação das Leis Kandir (1996) e de Armazenagem (2000); Moderfrota (1999); criação do Prêmio de Escoamento do Produto (PEP), Cédula do Produto Rural (1994); os Programas de Securitização da Dívida (1995) e Especial de Saneamento de Ativos (PESA-1999); a criação do PRONAF (1995)<sup>2</sup>; o Proger Rural (1995) e o Garantia Safra (2002); o Proagro Mais (2004); Programa Nacional do Biodiesel (2004); Territórios Rurais (2004) e o Programa Bolsa Família (2004); expansão do crédito rural<sup>3</sup>; a política de assentamento rural com o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003); e, a ampliação da previdência aos trabalhadores do campo.

No Nordeste, apesar de ter crescido o número de estabelecimentos agropecuários de 2.326.313, em 1996, para 2.469.070, em 2006, isso não foi acompanhado de uma elevação do pessoal ocupado. Pelo contrário, as ocupações agrícolas na região se reduziram em 6,38%, saindo de 8.210.809 para 7.698.631, respectivamente. As ocupações agrícolas com vínculos familiares com o produtor se reduziram em 6,21% e a sem vínculo familiar 7,11%.

Esses resultados para o Nordeste foram os mais modestos, refletindo o baixo nível do aumento da produtividade no campo em razão do emprego de novas tecnologias, insumos e mecanização da produção, em comparação com as demais regiões do país.

Entre os estados nordestinos somente Alagoas, Paraíba e Piauí apresentaram variação positiva da ocupação agrícola. Em Alagoas, o número de estabelecimentos também aumentou de 115.064 para 123.331, entre 1996 e 2006. Porém essa elevação deve-se, principalmente ao crescimento extraordinário do número de produtores sem informação ou área indefinida (tabela 15). Ademais, desigual distribuição das terras em Alagoas contribui sumamente para os indicadores negativos de desigualdade de renda.

Observa-se que a desigualdade é muito mais acentuada em Alagoas e não é por mera coincidência, basta verificar que o Índice de Gini é o mais

<sup>2</sup>De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o montante desembolsado com o PRONAF em 2002/2003 foi de R\$ 2,3 bilhões e em 2009/2010 alcançou R\$ 11,9 bilhões. O Nordeste captou apenas 12,8% desse montante em 2009/2010, ficando somente atrás do Sul (48,8%) e Sudeste (24,3%). O número de contratos assinados se elevou de 904.214 para 1.611.538, respectivamente.

<sup>3</sup>Segundo o Anuário Estatístico do Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, o volume destinado ao crédito rural no Brasil, salta de pouco mais de R\$ 20,4 bilhões em 1996, para R\$ 82,1 bilhões em 2010.

alto do Nordeste, 0,871. Se juntarmos os 5.540 produtores sem informação ou área indefinida com aproximadamente 96 mil estabelecimentos que ocupam menos que 10 hectares, teremos um retrato cruel dessa realidade, ou seja, esse contingente de produtores ocupa uma parte pouco maior que 10% do total dos 2.108.361 de área total destinada aos estabelecimentos agrícolas do estado. Os estabelecimentos com mais de 1.000 ha ocupam aproximadamente 27% daquela área. Portanto, dentre os estados nordestinos, o maior percentual de pequenas propriedades é o de Alagoas e levando em conta a menor área ocupada (com exceção de Sergipe), a concentração fundiária apresenta-se como uma das mais acentuadas.

Na base dessas propriedades de menos que 10 há reside a maior parcela da população empregada na zona rural alagoana, o nível de informalidade é extremamente elevado e a produção, apesar de ser extremamente importante como base alimentar do para o estado de Alagoas, carece de assistência técnica e financiamento adequado. De qualquer maneira, essas atividades mantêm estruturas econômicas com as características clássicas de uma economia de subsistência, ou seja, com baixos níveis de produtividade, capacidade limitada de emprego de mão de obra e graus de escolaridade ínfimos.

De acordo com os dados consolidados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apesar do elevado número de trabalhadores em situação de emprego informal na zona rural, o estoque de empregos formais tem crescido desde 1998 para todos os estados nordestinos, mesmo levando em conta que este contingente de “privilegiados” trabalhadores é uma parcela percentual pequena.

Entretanto, chama atenção a evolução dessa situação em Alagoas. Em 1998, o estoque de empregos agrícolas no estado contava com 18.255 trabalhadores. Em 2010 esse contingente foi reduzido à 9.800, ou seja, uma diminuição de mais de 50% da mão de obra com carteira assinada (gráfico 5). Esse fenômeno, segundo os dados, somente aconteceu, no Nordeste com Alagoas, e no gráfico abaixo se tem uma pequena demonstração em comparação com os dois estados muito compatíveis em termos de indicadores sociais e econômicos. Deduz-se que esses 50% de trabalhadores ou contribuíram para robustecer a informalidade no campo ou se direcionaram aos centros urbanos engrossando as fileiras dos desempregados, favelados e moradores de rua.

Ademais, deve-se salientar que para se contabilizar como trabalhador rural, o Ministério do Trabalho leva em conta aqueles que moram efetivamente na zona rural. Os trabalhadores do corte da cana, como moram basicamente em povoados e bairros periféricos de setores urbanos, eles não são contabilizados como trabalhadores rurais, mas contratados pela indústria de transformação. Esse aspecto é ainda mais relevante para se observar a queda acentuada do estoque de empregos formais nas zonas rurais, pois se poderia imaginar que isso era em razão das demissões no setor sucroalcooleiro no estado.

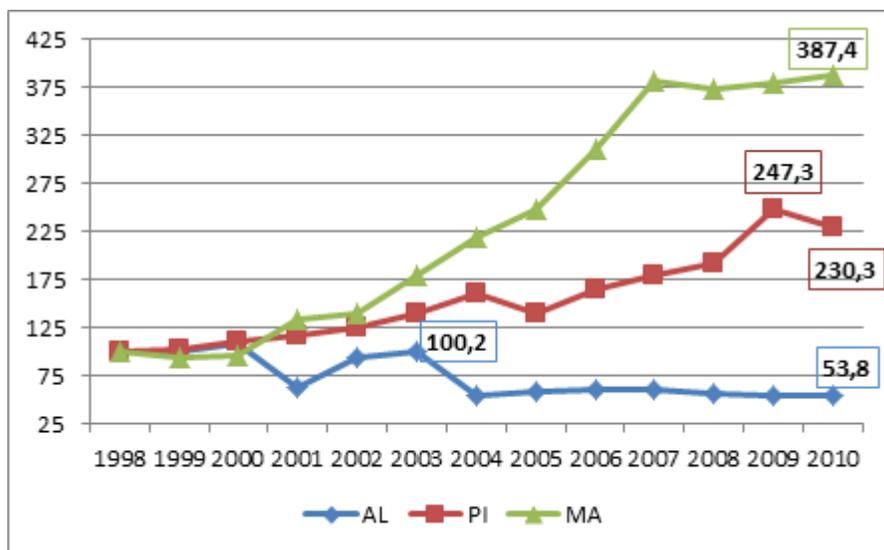
**Tabela 15:** Indicadores da estrutura agrária do Nordeste, 2006

Descrição	AL	%	BA	%	CE	%	MA	%	PB	%
Total de estabelecimentos	123.331	100	761.528	100	381.014	100	287.037	100	167.272	100
Menos de 10 ha.	95.791	77,7	436.390	57,3	257.459	67,6	136.014	47,4	110.928	66,3
10-100 ha.	18.773	15,2	264.546	34,7	68.510	18,0	68.034	23,7	41.872	25,0
100-1000 há.	3.030	2,5	37.814	5,0	14.828	3,9	22.300	7,8	6.903	4,1
Mais de 1000 ha.	197	0,2	3.414	0,4	682	0,2	1.706	0,6	329	0,2
Sem inf. ou sem área	5.540	4,5	19.364	2,5	39.535	10,4	58.983	20,5	7.240	4,3
Área dos estabelecimentos	2.108.361		29.180.559		7.922.214		12.991.448		3.782.878	
Variação no número de estabelecimentos de 1995/1996 a 2006	10%		11%		17%		-8%		17%	
Pessoal ocupado	451.742		2.325.984		1.145.985		991.593		490.287	
Variação do pessoal ocupado 1996/2006	4,5%		-7,2%		-2,11		-25%		2,14	
Índice de Gini	0,871		0,840		0,861		0,864		0,822	
Descrição	PE	%	PI	%	RN	%	SE	%	NE	%
Total de estabelecimentos	304.788	100	245.378	100	83.052	100	100.606	100	2.454.006	100
Menos de 10 ha.	208.110	68,3	134.272	54,7	43.666	52,6	75.759	75,3	1.498.389	61,1
10-100 ha.	68.305	22,4	71.270	29,0	29.490	35,5	20.055	19,9	650.855	26,5
100-1000 há.	8.312	2,7	14.723	6,0	5.113	6,2	2.464	2,4	115.487	4,7
Mais de 1000 ha.	316	0,1	1.035	0,4	404	0,5	82	0,1	8.165	0,3

Sem inf. ou sem área	19.745	6,5	24.078	9,8	4.379	5,3	2.246	2,2	181.110	7,4
Área dos estabelecimentos	5.434.070		9.506.597		3.187.902		1.480.414		75.594.443	
Varição no número de estabelecimentos de 1996/2006	22%		21%		-7%		4%		7,7	
Pessoal ocupado	944.907		831.827		247.507		268.799		7.698.631	
Varição do pessoal ocupado 1996/2006	-3,18%		24,8%		-25%		-14%		-5%	
Índice de Gini	0,825		0,855		0,824		0,821		0,842	

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

**Gráfico 5:** Evolução do índice de crescimento acumulado do estoque de empregos formais no setor agrícola nos estados de Alagoas, Piauí e Maranhão (1998=100)



Fonte: MTE/RAIS.

Outro aspecto importante que demonstra que a política agrícola e agrária no nosso estado deve ser revista e precisa atender novas prioridades, é quando se observa a evolução do crédito fundiário, considerando que o número de desocupados na zona rural do estado é muito elevado.

De acordo com a Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o ano de 2010 o estado Alagoas se apresentou em quinto lugar em número absoluto de ocupações rurais e número de famílias envolvidas nelas em todo o Brasil, somando 20 ocupações com 892 famílias relacionadas mesmas. Por outro lado, o número de famílias atendidas e a área adquirida, ambas através do uso do crédito fundiário, diminuíram sensivelmente desde 2005. Isso é um importante indicador de que a política agrária estagnou no estado e a perspectiva de assentamentos e, possivelmente, da produção de alimentos no âmbito da agricultura familiar tem deixado de crescer por falta, justamente, de se aproveitar melhor das possibilidades colocadas para o setor por parte do governo federal.

**Tabela 16:** Evolução do número de famílias atendidas e da área ocupada com crédito fundiário.

Ano	Famílias	Área (ha)
2005	190	2.080
2006	358	3.239
2007	514	12.998
2008	204	1.954
2009	78	542
2010	67	799

Fonte: MDA/DIEESE. Estatística do Meio Rural 2010/2011.

## CONCLUSÕES

Em termos de resultados gerais, esse diagnóstico inicial revelou que a economia alagoana durante toda a década de 2000, vem perdendo dinamismo econômico e isso se intensifica a partir de 2007, quando o crescimento industrial é inexistente. Ademais, nesses últimos anos a economia do estado tem sido puxada graças ao desempenho da economia nacional com fortes reflexos sobre a economia nordestina.

Enquanto outros estados da região têm se beneficiado mais intensamente de um movimento de desconcentração industrial, como são os casos de Pernambuco, Ceará e Bahia, em grande medida, e Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte, em menor medida, o Maranhão e Piauí têm expandido suas atividades agrícolas e extrativas, o que resulta num dinamismo surpreendente em termos de crescimento acumulado entre 2002 e 2009.

Por sua vez, a economia alagoana mostra-se dinâmica nas atividades de comércio e serviços. Além disso, a forte presença das políticas sociais, as transferências intergovernamentais, a ampliação do crédito e os programas de investimentos que puxam a construção civil, compõem os fatores responsáveis por uma movimentação importante da economia local. Esses aspectos compõem a grande novidade em Alagoas; o cenário econômico brasileiro e nordestino nunca foi tão auspicioso para a economia alagoana. Todavia, a deterioração das finanças públicas estaduais e a falta de uma estratégia mais ousada e concatenada em âmbito intragovernamental (gestão estadual) e intergovernamental (alinhamento de propostas locais com as nacionais), não permitem uma saída mais rápida para retomar o crescimento econômico de Alagoas, o seu desenvolvimento e a solução de seus principais problemas estruturais no âmbito social.

## REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. *Alagoas Tem Pressa*. Maceió: Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional, 2011.
- APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L. da. *Impactos dos grandes projetos federais sobre os Estados do Nordeste*. Natal: EDUFRN, 2011.
- BRASIL. *Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, 2010-2011*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acessado em: 03/11/2011.
- BACELAR, Tânia. *Nordeste: evolução econômica recente e as cidades médias*. II Seminário da Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 05/10/2011. (Apresentação).
- BRASIL. *Evolução do saldo de emprego – 2005 a 2010*. Brasília, DF: MTE/CAGED, 2011.
- BRASIL. *Programa de Aceleração do Crescimento I e II*. Relatórios Estaduais. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/estaduais>. Acesso: 30/09/2011.
- BRASIL. *Relatórios de dados de microcrédito*. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. Disponível em: [www.mte.gov.br/microcredito](http://www.mte.gov.br/microcredito).
- CARVALHO, C. P. de O. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*. Maceió: Edufal, 2000.
- CARVALHO, C. P. de O. *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. 4ª edição. Maceió: EDUFAL, 2010.
- DIEESE. *Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda – 2010*. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br);
- DIEESE. *Estatísticas do meio rural 2010-2011*. 4ª edição. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto – Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HIRSCHMAN, Albert O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven, USA: Yale University Press, 1958

IBGE. *Pesquisa Industrial – Empresas 2009*. Brasília, DF: IBGE, 2009.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Serviços*. Brasília, DF: IBGE, v.11, 2009.

IBGE. *PNAD - Indicadores socioeconômicos 2009*. Brasília, DF: IBGE, 2010.

IBGE. *PNAD 2007-2009*. Brasília, DF: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2010

IPEA. *Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil*. Cadernos IPEA, nº 58. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA. *Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil*. Brasília, DF: IPEA. Disponível em: [www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7\\_politicas.pdf](http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7_politicas.pdf)

LIMA, A. A. *A crise que vem do verde da cana - uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-1996*. Maceió: Edufal, 1998.

LIMA, Michelle C. *Organização, institucionalidade e recursos: uma aplicação nos Arranjos Produtivos Locais agropecuários no estado de Alagoas entre 2004/2009*. Maceió: Mestrado em Economia da UFAL, 2011 (dissertação).

LUSTOSA, Maria Cecília J.; ROSÁRIO, Francisco José P. *Desenvolvimento Local em Regiões Periféricas: a política dos arranjos produtivos em Alagoas*. Maceió. Edufal, 2011.

MARQUES, Maikel. *Produção de aves em AL é insuficiente*. Maceió: Gazeta de Alagoas, Caderno de Economia, A13-A15, domingo, 18/09/2011.

SILVA, A. M. A. da. *É Alagoas um problema regional dentro da região-problema?* Brasília, DF: IPEA, 2011 (mimeo).

SILVA, L. C. *A expansão do mercado de trabalho informal em Alagoas*. *Revista de Economia Política do Desenvolvimento*. Maceió: FEAC/UFAL/EDUFAL/CEPAL, vol. 1, nº 3, 2008.